

Vargas, 30 anos depois

Um suicídio político que ainda perturba o Brasil

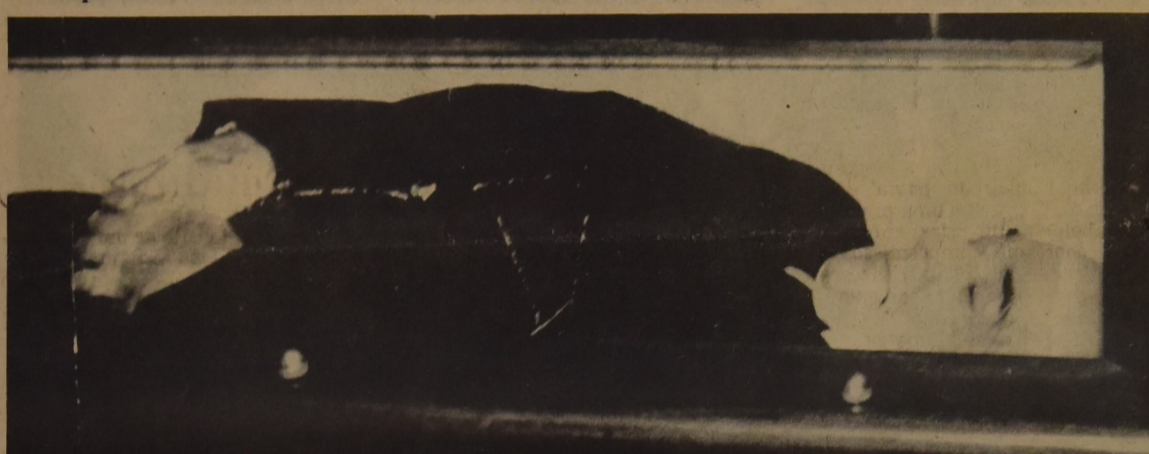
Vargas: modelo e imagem de um caudilho obstinado



O fenômeno Vargas continua despertando polêmicas na historiografia nacional, à espera de um estudo definitivo



Apresentando-se inicialmente como adversário do poder oligárquico, Vargas reproduziu o que dizia combater



A trágica morte de Vargas promoveu uma das maiores manifestações populares da História republicana

NEWTON RODRIGUES

Do grupo de articulistas do "Folha"

Getúlio matou-se em um 24 de agosto; em outro, 18 anos antes, fizera instalar em uma escola pública, para isso desativada, o TSN, corte de exceção especialmente criada para aplicar a Lei de Segurança Nacional, arrancada a um Congresso coacto, e código inquisitorial em vias de completar meio século sem que nenhum governo tenha pensado, sequer, em fazer revogá-la, pois tem servido a todos.

Os amantes de coincidências encontrarão, nessa repetição de datas, curiosidade a anotar. Outros, nela viriam a marca do destino em cobrança histórica, de verso e reverso: um líder ascendente a esmagar contendedores e o episódio final de quem quase tudo pudera, mas terminava isolado, quando os últimos ecos de sua tremenda vitória nas urnas ainda ecoavam esperança e devoções, que sua morte resuscitou momentaneamente e que interesses diversos tentaram argamassar em mito.

Trinta anos depois, enquanto vituas sinceras e carpideiras de indústria insistem em cavalgar-lhe a apagada memória, Getúlio Vargas mergulhou em passado que não se pode aquilatar pelas medidas do tempo comum. Social e historicamente, as três décadas que o separaram de nós perfazem distância muitas vezes maior que a intermídia entre a proclamação da República e o momento de sua morte. Quando essa ocorreu, a população nacional orçava 56 milhões de habitantes; hoje, anda por 120 milhões, dos quais cerca de 70% abaixo de 30 anos. E isso diz muito; diz sobretudo da relativa facilidade com que a mitologia de Vargas tende, em um País de informação manipulada, a substituir a verdade dos fatos por um jogo de luzes fátuas.

Em quatro períodos sucessivos — governo discricionário (outubro 1930 — julho 1934); presidência constitucional (julho 1934 — novembro 1937); ditadura estadonovista (novembro 1937 — outubro 1945); presidência constitucional novamente (janeiro 1951 — agosto 1954) —, Getúlio — ditador ou presidente — participou e, em alguns casos, promoveu alterações importantes. Entre outros títulos, cabem-lhe a partida para outra fase econômica, a quebra de antigas oligarquias, a consolidação da legislação trabalhista e, no primeiro governo, a adoção de uma reforma educacional progressista. Entretanto, o processo de industrialização já começara a se definir após o primeiro pós-guerra e foi facilitado pelo segundo conflito; a Legislação Trabalhista, de caráter fascizante, calçada na "Carta Del Lavoro" de Mussolini, representou tão profundo golpe no movimento sindical livre que esse até hoje não conseguiu recuperar-se de todo, ceceado pelo ministerialismo e maltratado pela repressão legal.

A reforma avançada de 1930 seria substituída, onze anos depois, pela lei Capanema, um aborto coimbrão tradicionalista que, entre outros princípios retrógrados, reduzia as matérias científicas e expulsava a filosofia e a

sociologia, enquanto condenava o ensino misto, propugnando a separação de classes por sexo.

As antigas oligarquias, quando não absorvidas, deram lugar a outras não menos vorazes e violentas, que abririam a via ao desenvolvimento capitalista selvagem e ao reforço do caráter opressivo do Estado. E não se deve omitir a política permanente de proteção à grandes propriedades latifundiárias e sua salvação às expensas do povo ainda na década de 30, pelo chamado "reajustamento econômico", feito por artes de Osvaldo Aranha e a inércia de Vargas em face do problema agrário, sendo ele mesmo um estancieiro de costas voltadas a qualquer programa de acesso do trabalhador à terra.

A verdadeira herança de Vargas não pode, assim, ser buscada nas denúncias dramáticas de sua cartatamento, nem na grandeza do gesto final de preferir a auto-imolação ao desfecho humilhante a que ameaçavam conduzi-lo a traíção de protegidos da véspera, a tibieza de colaboradores, a violência da oposição alimentada por ódios tradicionais, reforçada pelo descalabrado econômico, a disparada dos preços e, no episódio final, pelo assassinato gerado nos próprios socavões do Catete.

Destaque-se, em face do quadro, que, em seu derradeiro governo constitucional, Getúlio já não era o mesmo de outros tempos, enfraquecidas as antigas qualidades de liderança que o tornaram o quadro político mais importante de todo o período republicano. Embora os traços de vacilação, demonstrados na crise de agosto de 1954, sejam comuns a outros momentos difíceis de sua carreira política (em 1930, foi contra a ação armada e, em 1932, examinou a hipótese de suicídio), ele perdera, agora, o senso de oportunidade com que se impusera em outros períodos.

Enquanto envelhecera, o País mudara. Sem o vigor de antes, sofrira os ventos que semearam, enquanto penava a fraqueza dos instrumentos de ação que fora fabricando, incapazes de servirem a qualquer grande empreendimento. Em seu segundo período constitucional e final (ao todo só governou 40 meses sob controle da lei), acentuaram-se, pois, todas as crises de estruturar que sua própria política revelara-se incapaz de resolver, agravando-se o quadro pela intensificação do processo de industrialização, urbanização e crescimento demográfico, e pelo impacto causado nas instituições políticas, desde 1945, quando as grandes massas irromperam no processo eleitoral. Não cabe tentar aqui a análise minuciosa de uma presença que enche um quarto de século, nem para contar-lhe feitos, nem para cobrar-lhe a violência da repressão com que firmou seu poder político discriminatório. Impossível também fazer o rol espantoso de suas conspirações palacianas, quando chegava a ensaiar envio de armas a caudilhos gaúchos para que se revoltassem contra o governo do Estado, dando-lhe pretexto as tramas com generais reacionários e fascistas, de que resultou no golpe de 10 de novembro de 1937. Os detalhes, quanto não devotados pelo

tempo, cada vez mais serão território de historiadores e de eruditos.

Mas, em poucas palavras, pode-se sintetizar o que é seu espólio duradouro, destacando-o como principal arquiteto da centralização, sistematicamente construída em ininterrupto processo de autoritarismo elitista, temperado pelo paternalismo senhorial que transmitiu a parte de sua descendência política, dando no PTB de agora e de ontem. E é sempre necessário lembrar que a carta de 10 de novembro, embora jamais aplicada na parte organizacional, inaugurou o presidente da República investido da "autoridade suprema do Estado", criou o instituto do Decreto-Lei, determinou o mandato presidencial de 6 anos mediante escolha indireta, e estabeleceu as demissões sumárias de funcionários civis e militares (art. 177), vigendo sob o "estado de guerra", forma agravada do sítio. Em nome de atender "às legítimas aspirações do povo brasileiro à paz política e social, profundamente perturbada por conhecidos fatores de desordem, resultantes da crescente gravidade das divergências partidárias", agravou-se a suspensão das garantias individuais e agravou-se a tortura. Quem não reconhece nesse diapasão o instrumento pelo qual passou a afinar-se a orquestra reacionária, de então para cá?

Assim, a obra mais importante de Vargas não é, nem a CLT, nem a Petrobrás, em que colaboraram todas as forças anti-colonialistas, nem a industrialização que era um passo inevitável; consiste na prática da teoria autoritária do castilhisismo, reconhecida no calor fascista e amparada na aliança com os militares mais conservadores e/ou reacionários, para o estabelecimento de tutela permanente sobre a Nação, a pretexto de protegê-la dos extremismos.

O regime instaurado em 1964 nada mais é, na verdade, que um neo-estado-novo em que se encontram, condensados, todos os elementos essenciais da concepção getulista do Estado: centralização do poder, anti-federalismo, dominação militar, leis repressivas, negativa do direito de decisão ao povo, concentração de renda, degradação do voto e das instituições, a serviço de minorias, exploração do trabalhador e negação das liberdades democráticas, sempre que atinjam os interesses do poder.

Há certo sentido simbólico no fato de o ditador de 1937, poucos dias após seu golpe de Estado, cumprimentar na cerimônia de formatura o aspirante João Figueiredo, mais destacado aluno da turma que iniciava o oficialato quando as Forças Armadas assumiam, pela primeira vez, a responsabilidade direta de truncarem o desenvolvimento democrático do País.

Politicamente, Vargas está indissoluvelmente ligado ao papel desempenhado pelos militares nas últimas décadas e forma com eles uma simbiose histórica. Sem a consciência crítica desse fato, pode-se construir um mito; mas a democracia continuará a fugir no horizonte como enganosa miragem.

Pombo participava da guarda pessoal no Catete

VALÉRIO MEINEL
Repórter da Secursal do Rio

O investigador de polícia José Pombo Pereira Filho, de 32 anos e sua mulher, Olga, de 22, levaram um susto na manhã de 24 de agosto de 1954, quando ouviram rádio e o então "Repórter Esso" anunciou o suicídio do presidente Getúlio Vargas. Pombo integrava a guarda pessoal do presidente da República e na véspera trabalhara no Palácio do Catete.

Olga era filha adotiva de Euclides Joaquim Fernandes, chefe da garagem do Palácio do Catete e motorista do presidente desde que Getúlio Vargas fora ministro da Fazenda no governo de Washington Luiz, em 1926. Ela também trabalhava no Palácio, como funcionária da Diretoria do Expediente da Presidência da República.

Trinta anos depois do suicídio de Vargas, o delegado de polícia José Pombo Pereira Filho, da Secretaria de Polícia Civil do Estado do Rio de Janeiro, 62 anos de idade, lembra os momentos de angústia por que passou. Dias antes do suicídio do presidente, o então investigador José Pombo fora confundido fisicamente com Climério Euribes de Almeida, outro integrante da guarda presidencial e um dos matadores do major Rubens Florentino Vaz, no histórico atentado da rua Toneleros, na noite de 5 de agosto de 1954, no qual foi ferido a bala o jornalista Carlos Lacerda, então candidato a deputado federal. Pelo crime, liderado por Gregório Fortunato, chefe da guarda de Vargas, Climério foi condenado a 33 anos de prisão e morreu em 1975, no Hospital Souza Aguiar, depois de

receber uma estocada na prisão. "Climério era gaúcho, eu sou paraibano", lembra o delegado Pombo, acrescentando: "Ele era mais alto do que eu".

O investigador Pombo ficou detido por 24 horas no Quartel Central da Polícia Militar, até que ficou provada sua inocência: na noite do atentado da rua Toneleros, o investigador estava de serviço por 24 horas no Palácio do Catete, sendo responsável pela vigia dos corredores dos aposentos do presidente da República.

"O suicídio de Vargas mudou a História", diz o delegado. "Mas naquele tempo, nem eu, nem meus colegas da guarda do presidente tínhamos sensibilidade política. Nosso trabalho era duro, considerado de rotina. Não nos envolvíamos com as questões palacianas".

Há 50 anos era decretada a moratória

RUY LOPES

Repórter da Secursal de Brasília

Getúlio foi um precursor da subversão. Há exatamente meio século ele decretou a moratória unilateral da dívida externa, liquidando os créditos ingleses, estimados em cem milhões de esterlinos, por um terço desse valor.

Esse foi apenas o começo. Aproveitando-se do desequilíbrio da ordem internacional (crise de 29, emergência da Alemanha de Hitler e da Itália de Mussolini, declínio do império inglês e outros terremotos que marcaram o período entre-guerras), ele impulsionou a industrialização do País num sentido profundamente nacionalista. São do primeiro governo o Conselho Nacional do Petróleo e a usina siderúrgica pioneira, Volta

Redonda, marcos inconfundíveis da direção que Vargas imprimia ao processo de desenvolvimento.

Mais subversivas ainda eram suas idéias no plano social. Sua legislação trabalhista foi das mais avançadas da época, tanto que sobrevive até hoje. A ele devemos coisas como a Justiça do Trabalho e o salário mínimo. Aliás, pouco antes de morrer, ele dobrou por decreto, em 1º de maio de 1954, o piso salarial, e a inflação continuou praticamente na mesma. Naquele tempo, acreditem, as decisões econômicas eram tomadas aqui mesmo.

Getúlio não mudou em seu segundo período de governo; o que mudou foi a ordem internacional. O desalinamento anterior desapareceu com a guerra, e o cenário revelou a nova potência imperial do Ocidente. Seus

instrumentos de dominação política estavam contidos na doutrina de segurança internacional (segurança nacional, nos países colonizados), e os de controle econômico nos organismos como o Bird, o BID e o FMI.

Vargas não se deu conta das alterações no esquema de poder mundial e procurou continuar, como antes, na defesa dos interesses do País e de sua população. Acabou da maneira que se sabe, e nem assim conseguiu impedir que o Brasil adotasse mais tarde a doutrina de segurança nacional e caísse nas garras do FMI.

Getúlio era mesmo um subversivo? Claro que não. Apenas tinha coragem cívica e patriotismo, virtudes prosaicas há tanto tempo que já são tomadas por vícios.

Sua morte atrasou o movimento militar por uma década

Paulo Francis

O golpe contra Getúlio Vargas em 1954 teria trazido o sistema de 1964 na ocasião, se não fosse o suicídio do presidente e o fato de que o general Lott assumiu o Ministério da Guerra. Lott impediu a nova tentativa de golpe — que o suicídio havia temporariamente desarticulado — sob o suposto governo Café Filho (vice de Getúlio legalmente eleito). Isto porque a vitória de Juscelino Kubitschek na eleição de 1955 sustava a ascensão ao poder dos mesmos grupos que haviam feito campanha contra Vargas e que apoiavam Jurez Távora para a Presidência.

Lott derrubou Café Filho e empossou Juscelino. Foi o último chefe militar a ter esse poder nas Forças Armadas. Estas mesmo depois que assumiram o governo em 1964 se dividiram em facções que até hoje permanecem desunidas.

É costumeiro justapor as forças do getulismo como as do nacionalismo e populismo às forças da reação elitista e do entreguismo. Estas teriam encontrado um panfletário brilhante em Carlos Lacerda. Este começou atacando o único jornal pró-Vargas na grande imprensa: "Última Hora" do Rio. Levantou tais acusações que quase levou o jornal à falência. Teve o apoio integral do resto da grande imprensa e da incipiente televisão. Depois Lacerda foi vítima de um atentado que não o matou. Quem morreu foi um oficial da Aeronáutica. Isso levantou a Força Aérea. Esta fundou a "República do Galeão".

Interrogava os implicados no atentado. As Forças Armadas estariam em polvorosa.

A história parece diferente se lembrada sem as paixões do momento. Vargas anulou os propósitos antioligarquicos da Revolução de 1930. Aliou-se à oligarquia do campo, traiu a Revolução. Foi sob o impacto da grande depressão de 1930 que a velha República desabou. A economia de exportação de São Paulo e Minas Gerais foi por terra abaixo. Os revolucionários de 1930 teriam tomado o poder para modernizar o País e tirá-lo dessa estagnação agrícola. Mas a Revolução de 1930 deixou intocada as relações de propriedade no campo. Criou as leis do trabalho e o voto secreto. Este desapareceu com o golpe de 1937 — o Estado novo. Vargas se tornou ditador absoluto. Impôs censura de imprensa e tortura obrigatória a dissidentes. Usou como pretexto o mesmo dos golpistas de 1964: suposta ameaça comunista.

Por qualquer medida histórica o governo Vargas sempre cedeu às pressões do que chamam de entreguismo. Quando Vargas flertou com o nacionalismo foi na linha elitista e autoritária dos fascistas. Achava o nazismo o início de uma "civilização fecunda". Os EUA nunca permitiram que a América Latina caísse sob influência alemã. Veio a missão Rockefeller em 1942. As realidades econômicas que só se tornariam claras no pós-guerra de 1945 já colheram o Brasil trazidas por Rockefeller. Vargas negociou um empréstimo de 40 milhões de dólares

para criar Volta Redonda em troca de enviar uma divisão brasileira à guerra na Itália. Se prontificou a ir à guerra com a Argentina se esta aderisse ao eixo (do que nunca houve a menor possibilidade. Sabe-se disso hoje pela abertura dos documentos relevantes do Departamento de Estado).

O Vargas mártir de 1954 foi o homem que criou a Petrobrás pela qual o petróleo seria nosso e que propôs controle de remessas de lucros. Sob ataque da facção que nunca permitiria que chegasse ao poder começou a falar como um Nasser sul-americano. Uma verificação séria dos atos do governo de 1930 a 1945 desfaz essa ilusão e anula a ilusão de que tenha sido um nacionalista consistente. O nacionalismo de Vargas nos últimos dias do governo lembra Napoleão em Santa Helena se afirmando um liberal democrata...

Vargas desfaz as esperanças dos rivais tranquilamente manipulando a eleição do marechal Dutra contra o brigadeiro Eduardo Gomes em 1946.

Vargas fez muito pouco pelos destituídos. Mas fez alguma coisa. Tambaíba é a miséria do nosso povo que essa "alguma coisa" o levou às ruas quando veio a notícia do suicídio. As elites ficaram surpreendíssimas. Nunca ficou tão clara a existência de dois Brasis (hoje mais clara do que nunca). Quem viveu o período no Rio — meu caso — alimentado de imprensa e TV acreditaria que Carlos Lacerda empolgara a maioria do povo brasileiro contra Vargas. A recíproca é verdadeira. A maioria do

povo estava com Vargas em 1954 e estava com ele até quando foi deposto sem violência em 1955. O movimento popular "Queremismo" (queremos Getúlio) pegou também as elites de surpresa.

Vargas é o homem que criou o PSD para os oligarcas e o PTB para o populismo. Não tinha programa algum exceto reter o poder dividindo quem o contestava.

A velha UDN tinha componentes altamente positivos. Atraiu até socialistas democráticos. Propunha tirar o País do controle das oligarquias pela modernização capitalista e pela firme garantia das liberdades civis. Foi de derrota em derrota pela incapacidade de chegar ao povo brasileiro. Só falava por elites. Sempre teve uma visão tecnocrática: progresso de cima para baixo que termina sobrando para todo mundo. A ciência é igual a progresso. E o positivismo velho de guerra. Terminou no golpismo total à mercê dos militares.

Foi sua maior ilusão. A UDN aderiu à moda de Vargas de "usar" militares. Moda que Vargas abandonou em 1954. Ele cometeu suicídio político antes de físico. Poderia ter podado o golpe de 1954 na raiz. Tinha apoio amplamente majoritário no Exército. E o Exército que dá golpes no Brasil. Marinha e Aeronáutica são irrelevantes. Teria sido mais fácil fechar a "República do Galeão" do que foi impedir o levante comunista de 1935. Getúlio não quis tentar. Aqui só o psicólogo pode explicar.

A velha UDN teve em Castelo Branco um digno e representativo

menor plano ou teoria de Estado. Perdemos o bonde da revolução industrial no Império. Continuamos a pé em plena revolução tecnológica. Não há partidos no Brasil (o único existente foi durante algum tempo o PC. Hoje parece em processo de "autodeconstrução"). Foi por isso que eliminou o único homem que lhe dava consistência: Prestes). Não há Legislativo ou Judiciário independentes. Os ricos estão mais ricos e os pobres mais pobres. E o de sempre.

O mito Vargas é falso. A alternativa se provou odiosa a partir de 1964. No nosso País imenso e homogêneo em questões de raça e linguagem (ao contrário da Índia e China) somos o único colosso ainda medido pelos critérios de "banana republic". Nossa única reivindicação à fama é ter acumulado a maior dívida externa do mundo. Pelo menos metade da dívida está aplicada em bancos no Exterior. Decaimos sem ter ascendido.

Já foi dito que o homem não se cria problemas que não possa resolver. A geração que emerge hoje que responde se é verdade no nosso caso. As anteriores se recolheram ou foram recolhidas à lixeira da história.

**LIQUIDAÇÃO PRELUDE
LIMPEZA TOTAL
DO ESTOQUE
AGORA DESCONTOS
ATÉ 80%**

Vargas, 30 anos depois

Lacerda, um inimigo hábil, feroz e também elegante

CLÁUDIO ABRAMO

Da equipe de articulistas da "Folha"

O sorriso que o médico Osvaldo Moreira notou no semblante do presidente Getúlio Vargas, na manhã de 24 de agosto de 1954, pode ter sido fruto da imaginação ou um retrato da verdade. Vargas adiu, com seu suicídio, segundo as análises feitas a posteriori, o golpe que seria dado dez anos depois pela classe dominante aliada a setores militares.

Que papel terá desempenhado realmente Carlos Lacerda, o maior jornalista que o Brasil já produziu, o mais brilhante, o mais articulado e frequentemente um dos mais injustos, nesse dramático episódio contido entre duas datas, o 5 de agosto (quando um pistoleiro tentou matá-lo) e o 24 de agosto, quando Vargas desfechou o tonitruante tiro no coração? O engajamento de Carlos Lacerda numa campanha que deveria ultrapassar o próprio criador começou com a disputa corriqueira com a "Última Hora", extravasou com "mar de lama" e o atentado da rua Toneleros, na qual foi morto o major Vaz, e terminou com o tiro no coração do presidente.

A capacidade de Carlos Lacerda, independentemente dos argumentos que ele tenha empregado, foi a de ter mobilizado a opinião pública — dos militares ao PCB — a se voltar contra Vargas, numa cispação nacional que, guardadas as proporções, pode ser comparada à provocada pela campanha das diretas-já. Carlos Lacerda era o rei do verbo,

o feroz e ao mesmo tempo elegante esgrimista da palavra, um homem que hoje, entre as novas gerações, aparece como um energúmeno a serviço de forças ocultas, comparável aos esbirros da ditadura.

Como todos os outros mitos, as comparações fazem injustiça ao seu talento e à sua inteligência, ao seu brilho, e à sua extraordinária capacidade de tornar reais temas frequentemente criados pelos preconceitos. Como todo mito, o seu é uma simplificação, é banalizado, sobretudo porque o Brasil moderno não tem mais capacidade de abrigar homens como ele: os autores do golpe de 64 deceparam sua carreira política quando Castelo Branco, identificando em Lacerda o seu maior rival e concorrente, cassou seus direitos. Carlos era candidato à Presidência, e logo percebeu que o golpe o eliminava da disputa, por ser civil. Tentou a Frente Ampla, que fracassou com a retaliação impiedosa dos homens que ele ajudara a levar ao poder.

Carlos Lacerda foi ao mesmo tempo líder e instrumento da classe dominante: suas concepções sobre a sociedade brasileira se casavam com o modelo que nossa elite dela faz. E aí não havia relação de subserviência. Na verdade, do momento em que ganhou fama e glória na campanha do "Rato Fiúza", no "Correio da Manhã", na sua coluna precisamente chamada "Na Tribuna da Imprensa", nome que ele daria ao seu próprio jornal, pouco depois, Carlos Lacerda se transformara no líder dessa ampla corrente de opinião conservadora e

reacionária, em que pesem as suas concepções individuais sobre outros valores, que sua classe não distingue. A pessoa de Carlos Lacerda, na intimidade, deve ser cuidadosamente separada do papel que ele assumiu na política nacional, talvez menos por mérito seu do que por indignidade do meio em que ele prosperou. Olhado como algoz e atrabiliário pela esquerda, visto, a partir de certo ponto, com suspeitas pelos próprios companheiros, sua incorrigível instabilidade fazia dele um aliado imprevisível e um adversário surpreendente. Eventualmente quando levantou o véu sobre o "mar de lama", que passaria sob o Catete, ele não suspeitava que sua feroz campanha conduziria aos resultados produzidos.

Sua extrema facilidade verbal, tanto quando escrevia artigos violentos e arrasadores, quando falava, inflamado e cheio de achados felizes, terá porventura carregado o personagem para muito além do que ele desejava. Mas desde o início ele se aliara aos homens errados. Talvez todo o equívoco de sua existência tenha sido criado pela sua decepção com os comunistas, com os quais conviveu, na Aliança Nacional Libertadora, mas não basta para explicar a trajetória de sua vida daí para a frente. Para quem o conheceu, com certa intimidade, ou foi seu amigo, apesar de tudo, é um mistério o fato de pouca gente, até hoje, e sobretudo nos meios universitários, não ter procurado desvendar com mais acuidade o que pode ser visto como o mistério Carlos Lacerda.

Atentado a Lacerda; Vargas caminha para o fim

Fotos: Banco de Dados



O major Rubens Vaz, morto na tentativa de assassinato a Lacerda, foi transformado em bandeira antivarguista



Lacerda soube capitalizar o atentado



Clímério de Almeida dirigiu a operação



Gregório pegou 25 anos de prisão



Vargas recebe de Dutra a faixa para seu segundo mandato constitucional, que não conseguiu concluir

Criador de uma legislação social

PAULO MALUF

Especial para a "Folha"

Na perspectiva histórica, o traço marcante do governo do presidente Getúlio Vargas, é a sua legislação social.

Até 1930, o Brasil ainda era classificado como "essencialmente agrícola". Embora já estivesse evoluindo a industrialização em São Paulo, por obras dos pioneiros, que se lançaram na implantação de fábricas, ainda dependiam das exportações de café, para obterem divisas em moeda forte. O café era o principal sustentáculo do nosso comércio exterior. A substituição de importações começa a fazer-se pela liberação de capitais da economia cafeeira. As estradas de ferro expandiam-se, arrematando trabalhadores, imigrantes das lavouras.

Nesse período, foi iniciada a elaboração das leis sociais. Sucessivos governos vinham legislando, mas a primeira lei, historicamente aprovada pelo Congresso Nacional, foi a Lei Eloy Chaves, criando a Caixa de Aposentadoria e Pensões dos Empregados da Companhia Paulista. Beneficiava os ferroviários da grande empresa paulista.

Outras iniciativas legislativas se lhe seguiram, como seja, lei de férias, lei estendendo as mesmas garantias da acima referida, a ferroviários de outras empresas, a portuários e marítimos. Como se vê, era paupérrimo o repertório de leis sociais até 1930.

Ao se iniciar a campanha presidencial para a sucessão do presidente Washington Luís, ambos os candidatos, Júlio Prestes de Albuquerque e Getúlio Vargas, incluíram nas res-

pectivas plataformas a questão social, comprometendo-se a votar leis de interesse do trabalhador. Empossando-se na Presidência da República, Getúlio Vargas deu-se pressa em cumprir o prometido, criando o Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio. Consistiram as atribuições do novo Ministério estudar e elaborar as Leis, que seriam baixadas daí por diante, e teriam aplicação, em favor dos trabalhadores.

Foram criados os institutos de aposentadorias e pensões, para categorias profissionais — industriários, bancários, marítimos, etc. A legislação foi abundante, pois era preciso atender às necessidades dos trabalhadores e empregados, numa fase de crescente urbanização do País, particularmente no Sul, onde São Paulo se impunha como a região mais industrializada, atraindo mão de obra do campo. O Ministério promoveu a sindicalização, estabelecendo a classificação a que deveria obedecer o respectivo processo.

Essa a origem da Consolidação das Leis do Trabalho, a qual foi aprovada por decreto-lei do presidente Getúlio Vargas, datado de 1º de Maio de 1943, entrando em vigor em 10 de novembro do mesmo ano. Essa lei está em vigor até hoje, embora tenha sido modificada em partes. Sua essência é, ainda, a mesma, não obstante terem transcorrido quarenta e um anos de sua decretação.

Essa a nosso ver, a obra máxima do presidente Getúlio Vargas, a obra que lhe consagra o reconhecimento de todos os trabalhadores brasileiros. O presidente Getúlio Vargas demonstrou profunda identificação com os problemas sociais de sua época. Essa lei cumpriu a sua finalidade

no tempo. Assegurou direitos e deveres. Agora, o País necessita de um Código, democrático, que proporcione garantias aos trabalhadores e empregados, notadamente a liberdade sindical, de par com os demais direitos, constantes das modernas legislações sociais.

É necessário que o trabalhador seja bem remunerado, para manter a família, educar os filhos, dentro de um padrão digno. Toda a política salarial deve ser reformulada, a fim de que ninguém seja reajustado abaixo da inflação.

Essa é uma injustiça que é preciso reparar. O trabalhador deve ser um sócio do progresso, não a sua vítima. Também deve ser promovida a igualdade de direitos da mulher, através de apoio no trabalho e amplas oportunidades de realizar-se.

Esses são os pontos fundamentais de uma renovada legislação social, que substitua a antiga, ainda vigente, adequada aos novos tempos que estamos vivendo e às mudanças históricas destes últimos anos do século.

Getúlio Vargas, o presidente das leis sociais, compreendeu a sua época. Nós devemos compreender a nossa. O Brasil de hoje é outro Brasil. Diferente em população e desenvolvimento, instituições políticas e aspirações democráticas.

A "Folha" pediu aos dois candidatos indiretos à Presidência da República um artigo sobre Getúlio Vargas e sua importância política. O candidato da Aliança Democrática, Tancredo Neves, embora tenha se comprometido a redigir o artigo não o entregou à "Folha" no prazo combinado.

Tancredo, herdeiro da caneta de Vargas

RENATO FALEIROS

Da nossa equipe de reportagem

Palácio do Catete, 20h30 do dia 23 de agosto de 1954. Na última reunião ministerial convocada por Getúlio Vargas, o seu então jovem ministro da Justiça, Tancredo de Almeida Neves, aos 44 anos, faz uma enérgica conclusão à resistência armada ao golpe militar que se avizinha. Getúlio ouve, sereno — horas antes havia redigido a Carta Testamento. Tancredo o procura para combinar os rumos da reunião. "Vamos ouvir primeiro", ponderou Getúlio. Em seguida, apresentou Tancredo com sua caneta de ouro, justificando: "É uma futura recordação desses tempos revoltos".

Da trágica madrugada seguinte ficaria gravada na memória de Tancredo Neves a imagem de um Getúlio esvaindo-se em sangue. "Fui um dos primeiros a entrar em seu quarto, no terceiro andar do Catete", contaria anos depois. "Getúlio morreu quando Alzira Vargas e eu o ajeitávamos no leito, à espera de socorro médico. Ele lançou um olhar circunvagante e, por fim, fixou-o em Alzira, exalando seu último alento de vida".

Tancredo estava de vigília no Catete, há três dias sem dormir. Era ministro de Getúlio desde 52. Um dos mais fiéis auxiliares do Presidente,

sugeriu que os brigadeiros signatários do manifesto contra Getúlio fossem colocados em prisão domiciliar, "como medida que viesse a esmorecer o movimento de indisciplina, impedindo-o de alastrar-se às outras Armas".

Mas o general Zenóbio da Costa, ministro da Guerra, não dava importância ao movimento da Aeronáutica. Quando Tancredo advertiu-o de que oficiais do Exército poderiam solidarizar-se, Zenóbio respondeu com um desafio: "O papelório não tem importância. Quem puser a cabeça de fora terá que ajustar contas comigo". Não era verdade. Zenóbio acabou ganhando aos seus companheiros de farda o afastamento definitivo de Getúlio e não sua licença temporária. E o presidente matou-se.

Os métodos

Testemunha daqueles "anos revoltos", Tancredo Neves não poupou críticas à "velha UDN" e ao "imperialismo norte-americano" nos depoimentos que fez sobre a conspiração contra Getúlio Vargas. Ironicamente, políticos originários da "velha UDN" são hoje aliados do presidente Tancredo. Mas na perspectiva histórica, o ex-ministro de Getúlio explica a conspiração de 54 como uma reação da UDN, "que não deglutira a derrota de 50 e

buscava o poder a qualquer preço, aliada ao capitalismo internacional em seus interesses pelo projeto nacionalista de Vargas".

"Não tenho dúvidas de que, em 54, as mesmas forças que atuaram pretendiam instaurar o regime que viria dez anos mais tarde", afirmaria Tancredo há cinco anos, numa entrevista à "Folha". Segundo ele, procuraram desestabilizar o governo de Vargas "valendo-se dos mesmos métodos aplicados contra Goulart, em 64, e Allende, no Chile, em 73". Para o ex-ministro, também a campanha de corrupção sofrida por Vargas "foi financiada pelas forças do capitalismo internacional".

O golpe não foi consumado em 54, segundo Tancredo, porque "tivemos o instinto do perigo". E ele conta: "Em São Borja, no rancho de Jango, no mesmo dia do sepultamento de Getúlio, conversamos sobre o assunto. Reunimo-nos, Osvaldo Aranha, Goulart e eu, para analisar a situação. Concluímos que só com a deflagração do processo sucessório, contando com um candidato à Presidência procedente de um Estado forte, e solidificando a aliança PSD-PTB, seria possível conjurar o perigo. Ali mesmo decidimos que o candidato à Presidência deveria ser Juscelino".

Genro acredita na resistência

Da Sucursal do Rio

O suicídio de Vargas, segundo o senador Amaral Peixoto, seu genro, "demonstrou ao extremo uma das características fundamentais da personalidade desse grande estadista, que era o desprendimento pessoal, a ponto de sacrificar a própria vida para que outros não o fizessem por ele". E assegura que se o presidente não tivesse cometido aquele gesto na manhã do dia 24 de agosto de 1954, teria aliados para resistir.

"Os acontecimentos posteriores à sua morte vieram comprovar que ele contaria apoio suficiente para derrotar seus inimigos", explica o parlamentar fluminense, acrescentando: "Foram as forças que lhe eram fiéis

que mais tarde iriam depor dois outros presidentes, Carlos Luz e Café Filho. Mas Vargas preferiu oferecer-se como um verdadeiro mártir da História Brasileira para evitar uma nova conflagração sangrenta".

Para o senador, "não houve um único culpado ou até mesmo um grupo de responsáveis pelo desaparecimento desse verdadeiro chefe de Estado. Foi um conjunto de circunstâncias políticas que o abateu, motivado por ressentimentos e ódios daqueles que não se conformaram em vê-lo outra vez à frente do governo. Desde sua eleição já conspiravam contra a sua posse. Sua presença no catete contrariava muitos interesses, tanto de origem estrangeira quanto de forças internas".

RUBEM DE AZEVEDO LIMA

Repórter da Sucursal de Brasília

Da noite para o dia, o vilão se tornou herói e o herói foi transformado em vilão. Isso aconteceu há 30 anos, entre os dias 5 e 25 de agosto de 1954, em consequência de dois acontecimentos: a tentativa de assassinato do então jornalista Carlos Lacerda e o suicídio do presidente Getúlio Vargas.

No começo do mês, Getúlio — então combatido ferozmente pela banda de música da extinta UDN, no Congresso, e por Lacerda, através de artigos na "Tribuna de Imprensa" — fora vaiado de modo estrepitoso ao comparecer, no hipódromo da Gávea, à disputa do Grande Prêmio Brasil.

"Foi uma temeridade o presidente ir ao Jockey Clube" — reconheceu, na Câmara, o deputado getulista Benedito Mergulhão, que atribuiu a impopularidade de Getúlio à carestia e à alta do custo de vida. O deputado trabalhista Barreto Pinto insistia, contudo, que o PTB e Getúlio sairiam consagrados das urnas, "no pleito que se travaria dentro de dois meses". "O presidente é um homem honrado e tem prestígio", comentou Barreto.

"Prestígio de político é como vidro, que brilha mas também quebra" — aparteou o ex-deputado Tenório Cavalcanti, da UDN.

Barreto não se deu por achado, retrucando que "Getúlio só queria uma coisa: encerrar o resto de seu

governo em paz, respeitado e admirado por todos".

Dois dias mais tarde, o atentado contra Lacerda e a morte do major Rubens Vaz. O paroxismo contra Getúlio chega ao auge no Congresso. O deputado Aureliano Leite, udenista de São Paulo, ressalva que "não responsabiliza desde logo a família Vargas pelos acontecimentos", mas menciona, da tribuna do Palácio Tiradentes, episódios em que Getúlio, quando jovem ginástico em Ouro Preto, Minas, ter-se-ia envolvido e que causaram a morte de Carlos Vasconcelos de Almeida Prado.

O líder da maioria, Gustavo Capanema, rebateu as insinuações do opositor e prometeu a apuração do atentado acentuando que "não se devia responsabilizar o Executivo, mas o Judiciário, pelas eventuais impunidades".

O representante paulista, no entanto, salientou que "não responsabilizava Getúlio, mas apenas queria demonstrar a temibilidade dos Vargas".

Também o sr. Armando Falcão contestou a responsabilidade da família Vargas, nos acontecimentos, enquanto o sr. Heitor Beltrão, da UDN do Rio, responsabilizava "indiretamente o chefe do governo".

Pela imprensa, o brigadeiro Eduardo Gomes exigia, "em nome da honra da Nação, que o crime de Toneleros não ficasse impune".

Do atentado ao suicídio de Getúlio,

a crise política se agravou e o sr. Osvaldo Aranha, preocupado com o rumo dos acontecimentos, foi propor ao chefe do governo — acusado de estar sobre um mar de lama e às voltas com o inquérito policial-militar instaurado no Galeão ("A República do Galeão") — saídas honrosas para a situação.

"Se alguém tem de se sacrificar — retrucou Getúlio — não será mais ninguém, mas eu mesmo".

Acossado pelos adversários e abandonado pela maioria dos correligionários, Getúlio suicidou-se na madrugada do dia 24. A notícia foi levada ao Congresso mediante ofício do vice-presidente Café Filho. A agitação antigetulista se transfere contra Lacerda e a Tribuna é apedrejada.

Durante sua fala, a bancada do PTB se retira do recinto. O deputado Rui Ramos, trabalhista do Rio Grande do Sul, explica que o gesto não fora contra Arinos, mas de protesto "às forças (UDN) que chocaram profundamente nossos corações, nos últimos tempos", ao tentarem envolver Getúlio na trama de Toneleros.

Dois meses depois, cessadas as emoções dos primeiros momentos, a eleição geral de outubro. No Rio de Janeiro se defrontavam em disputa por um mandato à Câmara Federal o sr. Carlos Lacerda, e o filho de Getúlio, sr. Lutero Vargas, pelo PTB. Resultado das urnas: Lacerda, 159 mil votos; Lutero, 123 mil.

Sérgio Lacerda conclama à paz

Sérgio Lacerda: "Confesso que não me agrada recordar agosto de 1954, exceto pelas lições que nos legou. Todos nós fomos vítimas daquele clima de ódio e a principal delas foi o próprio Getúlio Vargas. A responsabilidade que nos cabe, é exatamente lutar para que o confronto de idéias jamais volte a atingir a integridade física de quem quer que seja. Hoje, quando me falam da crise de 1954, o que primeiro me vem à cabeça não é o atentado da rua Toneleros, a 5 de agosto, mas o nascimento do meu filho Pedro, a 5 de agosto de 1966, na mesma hora em que se deu o atentado. Pedro é uma promessa do futuro e é para lá que eu estou olhando."

"Caso policial" de "exploração"

Nelson Werneck Sodré: "Foi um golpe armado em três semanas de publicidade organizada, que transformaram um simples caso policial, a ser resolvido pelo delegado do distrito, em um acontecimento político que abalou a Nação. Basta consultar os jornais da época. As causas da deposição de Vargas foram claramente denunciadas por ele na carta-testamento: de uma conspiração externa, esplotada com elementos internos. Armou-se em agosto de 1954 aquilo que já tinha sido ensaiado em 1945, que foi novamente ensaiado em 1955, repetido em 1961 e que só se consumou em 1964. Isto é: o estabelecimento de um regime autoritário que permitisse a exploração do Brasil pelas multinacionais.

Juracy questiona testamento

do Sucursal do Rio

"A figura humana de Getúlio Vargas cresce com o tempo. Aqueles detalhes de julgamento feitos no passado se perdem, em comparação com a obra formidável por ele construída. Retirei-me das atividades políticas quando deixei de ser eleito na Bahia e fui trabalhar, por que homens honestos não lucram na política. Já fiz o que era do meu dever". A afirmação é do ex-senador udenista Juracy Magalhães, afastado da política, ele se transportou a antigos depoimentos para reconstituir os acontecimentos de 24 de agosto de 54.

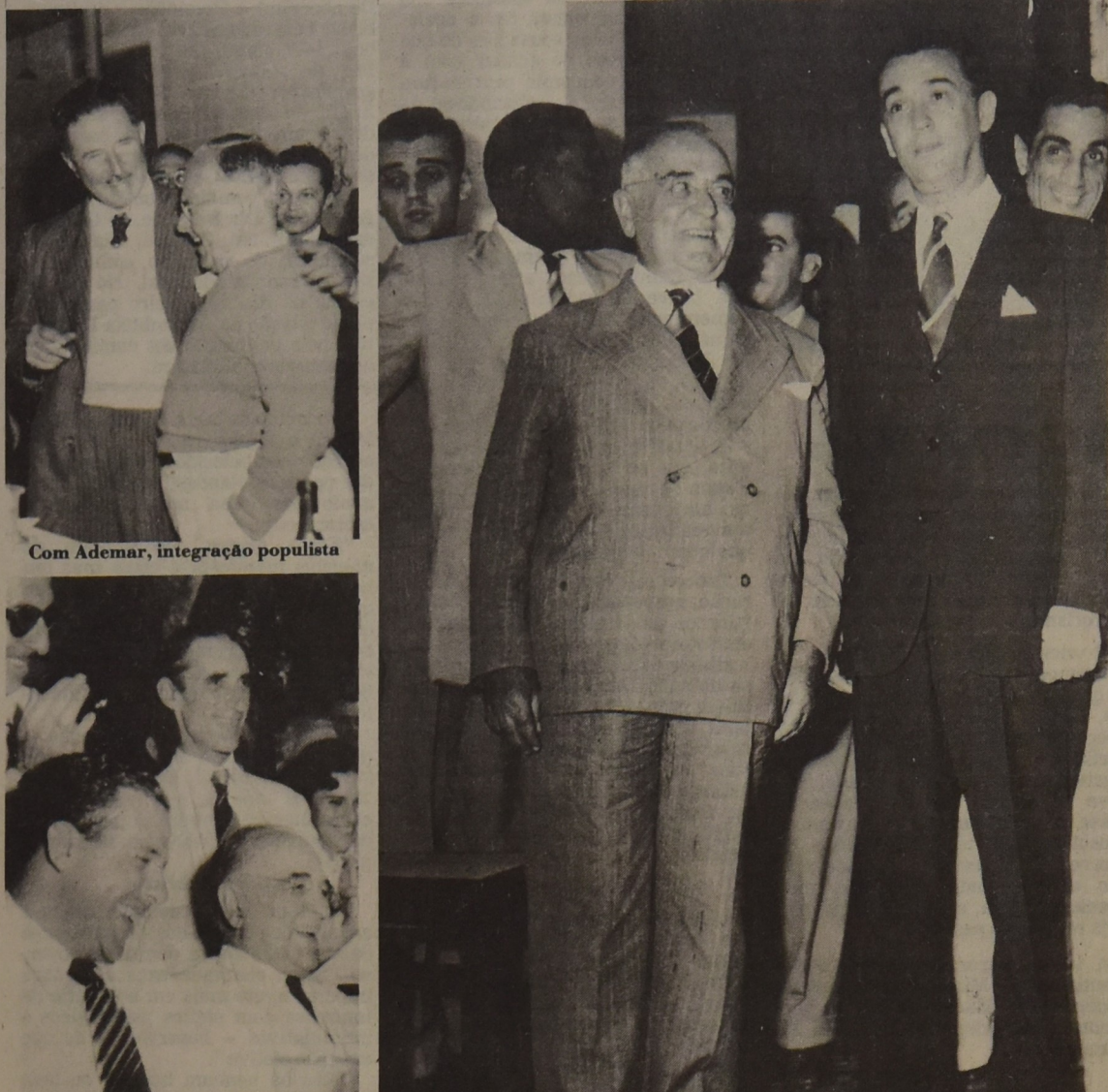
"Eu comunicaria ao general Caiado de Castro que, se Vargas deixasse o governo, em me demitiria da presi-

dência da Petrobrás. Ainda estávamos discutindo este assunto quando chegou a notícia do suicídio. Segui direto para o Catete e lá encontrei uns raros amigos do presidente. Temera este trágico desfecho ao perceber que o presidente vivia um problema insolúvel. Pela manhã, no Catete, ouvira do general Âncora um relato da célebre reunião dos generais. Os oficiais superiores, pela boca de Fiúza de Castro, haviam declarado que Vargas não tinha condições de permanecer no governo. A intenção do presidente era afastar-se temporariamente do cargo para permitir a livre investigação do assassinato do major Vaz. A carta-testamento não é da sua autoria. Vargas a encomendou para a hipótese de morrer numa reação a um golpe.

Vargas, 30 anos depois

Em zigue-zague, imprensa teve comportamento 'Zelig'

Com os companheiros políticos, o eterno sorriso



Fotos: Banco de Dados

Com Ademar, integração populista

Churrasco com Jango, o herdeiro

Com JK, já com o terreno preparado para continuar a industrialização



Um momento de pompa no Palácio do Catete, onde depois Getúlio Vargas sairia da vida para entrar na história

ALBERTO DINES
Especial para a "Folha"

A parábola de Zelig ajusta-se com muita propriedade ao episódio do comportamento da imprensa antes e depois da morte de Getúlio. Woody Allen no seu satírico anti-documentário faz pontaria na volubilidade das massas "camaleônicas" e em seus voláteis meios de comunicação, ora fazendo de Zelig um herói, ora o espezinhando como ser abjeto. Zelig está para a imprensa assim como Tempos Modernos para a desumanização da era tecnológica.

Do atentado da rua Toneleros até 23 de agosto de 1954, Getúlio Vargas foi cruelmente perseguido pela grande imprensa (com exceção da "Última Hora"). Tão logo saiu da vida para entrar na História, num dos mais dramáticos gestos de abdicção da nossa crônica, Getúlio foi fulminantemente convertido em mártir, herói solitário, incompreendido.

Nas edições do dia 25, os mesmos jornais que, menos de 24 horas antes, pediam sua renúncia colocavam-no, agora, na galeria dos grandes estadistas. Mesmo porque se não o fizessem, seriam empastelados pela multidão enfurecida que chegou a

destruir pelo País afora alguns jornais mais veementemente anti-getulistas.

A própria turba, não fosse o infalível ingrediente do sangue derramado, teria aceito, resignada, um gesto de demissão do velho caudilho salpicado pela lama que os maiores da FAB e a imprensa udenista encontraram nos porões do Catete. Mas um cadáver e, sobretudo, um cadáver acompanhado de um testemunho redigido com sonoridades trágicas e sublime eloquência alteram qualquer disposição coletiva. Os jornais, mesmo numa época em que não se praticavam tantas pesquisas de opinião pública e a sociologia da informação era desconhecida nas redações, sabiam perceber a direção em que sopravam os ventos do gosto e das emoções populares.

Os jornais sabiam, antes de tudo, direcionar-se com relação ao poder, postulado primeiro da lei de sobrevivência nacional. Tanto assim que um ano depois os diários da ex-Capital que haviam empurrado Getúlio para o túmulo trabalhavam corajosamente pela coalizão PDS-PTB e pela chapa Juscelino-Jango, o primeiro bloco supra-partidário ou frente política liberal-progressista, sabiamente engendrado por Getúlio em 45, pre-

cursor da Frente Ampla de 1968 e da Frente Liberal de 84).

Venalidade dos grandes jornalões e brilhantes panfletários da época? Não: vícios de origem da imprensa brasileira que, desde 1808 nordeia-se em função de dois pólos — oposição ou situação. Estar no poder ou converter-se em vestal anti-poder — também uma forma de comandar acontecimentos — são as duas únicas opções de um mesmo modelo de comportamento jornalístico que nada tem a ver com o compromisso de servir à sociedade, informando com isenção e desprendimento.

Se do episódio de 54 podemos tirar lições em matéria de padrão político profissional para o dia-a-dia da nossa imprensa hoje, a mais importante será o abandono deste oportunismo que tira de nossos veículos a indispensável credibilidade, amesquinha suas rotas e os torna zigue-zagueantes buscadores de posições de força e não de informações. Se, antes, o móvel era o prestígio político e a facilidade de recursos e, hoje, a certeza ideológica, o resultado é o mesmo — preconceito e desinformação.

Zelig também é a história dos bem-intencionados, puros e zelosos salvadores da Pátria.

Fim "de uma crise institucional"

Em depoimento prestado ao jornalista Sérgio Augusto, da "Folha", o historiador Hélio Silva afirmou que "o suicídio de Vargas não é apenas o impacto sentimental que retardou a tomada do governo pelo poder militar, atizado pela UDN. Foi o desfecho de uma crise institucional, que começou a 27 de setembro de 1937, quando os generais, reunidos no Ministério da Guerra, com o titular da pasta, general Eurico Gaspar Dutra, e o chefe do Estado Maior do Exército, general Góis Monteiro, declararam: 'Necessário agir, mesmo fora da lei, mas em defesa das instituições e da própria lei deturpada.' O golpe foi encampado por Vargas, a 10 de novembro, assumindo o poder discricionário, instituindo o Estado Novo.

"Capitalizando, politicamente, o golpe militar, de que passou a ser o 'editor responsável', Vargas expôs-se quando, ao final da Segunda Guerra Mundial, tentou repetir a Constituinte de 1934 e eleger-se outra vez presidente constitucional. Deposto pelo golpe de 29 de outubro de 1945, os militares assumiram o poder sob a presidência do marechal Eurico Gaspar Dutra. Ao desmontar a candidatura de Vargas, em 1950, o general Canrobert Pereira da Costa tentou vetá-la, mandando a Vargas um ultimato por intermédio de seu genro, o então governador Ernani do Amaral Peixoto. A relação das guarneções do Sul, lideradas pelo general Alcides Gonçalves Etchegoyen, neutralizou a ameaça. Vargas volta ao Catete nos 'braços do povo', mas sabe que trava a sua última batalha. Em entrevista à "Folha", antes da posse, declara que sabe que não sairá com vida do Palácio do Catete.

"O seu último período de governo, de 1950 a 1954, foi o mais fértil em realizações. Criou a primeira asses-

soria, com homens como Jesus Soares Pereira, Rômulo de Almeida, Cleanto Paiva Leite, que, reunidos no Palácio do Catete, traçaram os planos da Petrobrás e da Eletrobrás. A oposição, porém, dispunha da grande imprensa, e o único jornal que defendia Vargas, a 'Última Hora' de Samuel Wainer, foi silenciado. Uma crise, arduamente preparada, afastara do Ministério da Guerra o general Estillac Leal. Sem eco na imprensa e desguarnecido no front militar, Vargas ficava à mercê da oposição, que esperava o primeiro pretexto. Este foi o crime da Toneleros.

"Espantoso até hoje considerar-se que Vargas, em vez de abafar o crime político, como outros o fazem, abriu os portões do Palácio do Catete e nomeou um inquérito militar, que se transformou na República do Galeão. A sua consciência estava inocente daquele crime, embora perpetrado por elementos de sua guarda pessoal.

"Até hoje se pergunta se Vargas planejava o suicídio, e a carta-testamento era prova disso. Pela pesquisa que realizei, e pelos depoimentos que ouvi, firmei outra convicção. A carta-testamento destinava-se a um possível desfecho violento da crise, mas sobreveio um fato novo. Na República do Galeão forjou-se uma intimização (que não constava dos autos) para que Beijo Vargas fosse depor naquele centro militar. O secretário do inquérito, coronel Scaffa, recentemente falecido, em depoimento que temos gravado afirma que a intimização era forjada e a assinatura do coronel Adail, se não falsificada, fora irregularmente obtida.

"Vargas retirara-se da última reunião ministerial exausto, amargura-

do, para descansar. Vestira um velho pijama, dispensara o barbeiro, quando Beijo entra em seu quarto e faz a comunicação.

"Fui intimado a depor no Galeão.

"Você não irá — respondeu Getúlio. Se quiserem, venham ouvi-lo aqui. Eu ainda sou o presidente.

"Voce não é mais o presidente. O Ancora acaba de me comunicar que o Zenóbio reuniu os generais e declarou que você não voltará ao poder. Você também será intimado a depor no Galeão.

"Beijo sai do quarto para cumprir a incumbência. Vargas sai atrás dele, mesmo de pijama, vai ao gabinete e volta de lá trazendo alguma coisa, fechada na mão, metida no bolso. Alzira, cansada e sonolenta, não compreende o que se passa, mas admira ver o pai, sempre calmo da sua compostura, atravessando o corredor naqueles trajes. O que se segue é o tiro no coração. Vargas não suportou a humilhação de ir depor no Galeão, destituído da Presidência, como um criminoso.

"Foi, portanto, o boato de uma intimização que não havia que desencadeou a crise da ausência de Vargas, da incapacidade de o vice Café Filho governar e da impossibilidade de fato do presidente da Câmara, Carlos Luz, manter-se no poder. Juscelino, também vetado, segundo declaração de Café Filho, só se manteve no poder porque teve o aval do ministro da Guerra, Teixeira Lott. Assim mesmo, viveu a ameaça de um sequestro num navio de guerra e enfrentou dois levantes na Aeronáutica. Jânio Quadros renunciou. Seu sucessor foi deposto em 1964. E a ditadura militar, proposta em 27 de setembro de 1937, instalou-se no poder a 1º de abril de 1964."

Nação deve a Getúlio uma análise histórica madura

OSWALDO MENDES
Especial para a "Folha"

Graciliano Ramos ("Memórias do Cárcere") e Jorge Amado ("Subterrâneos da Liberdade") registraram os mais contundentes (e popularizados) libelos contra o Estado Novo, a polícia de Felinto Müller e... a ditadura Vargas. A maioria dos brasileiros conhece, do período de 1937 a 1945, apenas esses dois registros de tortura e de sangue cujos rastros insistem em apontar na direção de um só homem. E são tantas as marcas de sangue e de violência contra os cidadãos na história desta República! Tantas, antes e depois do Estado Novo, tantas mais, quase todas sem o talento do mestre Graciliano ou de Jorge Amado registrá-las na consciência desta Nação.

Não, não se trata de justificar o arbítrio e a violência do Estado Novo. Mas é no mínimo curioso que não se procure um julgamento desapassionado da história. Fala-se tanto da "Intentona Comunista" (em 1935) e ignora-se a violenta e irracional tentativa de golpe integralista (em 1938). Fala-se de como Getúlio castros os partidos políticos em 1937, transformando-os em clubes "recreativos", mas ninguém se refere aos que, com maior gosto pelo autoritarismo e pela intolerância, jogaram de novo na clandestinidade o Partido Comunista menos de três anos depois da "redemocratização". Entretanto, o que mais chama a atenção é o simplismo com que se pretende concentrar na figura de um só homem, Getúlio Vargas, todos os sinais da perversidade do Estado brasileiro. Mais ainda, espanta que a

chamada "intelligentzia", gerada nos círculos acadêmicos, assuma o mesmo julgamento apaixonado do personagem Vargas, a quem ninguém consegue senão amar ou odiar com a mesma intensidade caótica e juvenil. Como um sinal hereditário qualquer, todo brasileiro herda ao nascer o amor e o ódio familiar a Getúlio Vargas.

O tiro no coração, como em agosto de 1945, ainda provoca um sentimento de remorso na classe média e nos círculos ditos intelectuais. Não se trata de um respeito religioso e hipócrita ao ato de um suicida. Trata-se mesmo de remorso nascido da súbita percepção da realidade — como aquele dos romanos após o assassinato de Júlio César, quando Marco Antônio lhes abre os olhos para a ambição cega de Brutus que conduziu o punhal ao coração "do melhor dos césores". Não que Getúlio tenha sido o melhor dos nossos governantes (que este também seria um julgamento apaixonado); mas certamente ele não foi o vilão que o moralismo udenista insiste em dizer que era. E a pregação moralista sempre foi muito cara à classe média e aos intelectuais brasileiros.

Enquanto não se tiver a coragem de olhar de frente a história desta República, continuaremos à procura de bandidos e de mocinhos, esquecidos de que são mais complexos os caminhos da política e de que uma Nação só é livre quando tem consciência do seu passado. E deste passado, Vargas não é, seguramente, o único personagem — ainda que seja o mais querido e odiado.

Oswaldo Mendes é jornalista e autor da peça "Um tiro no coração", em cartaz no Auditório Augusto.

Um pistoleiro participara do fato histórico

HERMANO ALVES
Repórter da Sucursal de Brasília

"Se o caso não se referisse a um jornalista, talvez nunca se estabelecesse a vinculação entre o pistoleiro contratado para matar Carlos Lacerda e o chefe da guarda pessoal do presidente Getúlio Vargas", afirma Pompeu de Souza, que participou das investigações do atentado da rua Toneleros, como representante da imprensa, em agosto de 1954.

Roberto Pompeu de Souza Brasil, jornalista aposentado, hoje cada vez mais atarefado (universidade, PMDB, Associação Brasileira de Imprensa etc) e morador em Brasília, foi secretário e redator-chefe do "Diário Carioca" e autor do primeiro manual sobre regras de redação para um jornal brasileiro.

Foi em nome do Clube dos Diretores e Principais Redatores de Jornais do Rio de Janeiro que Pompeu interveio no atentado da rua Toneleros, presenciado — aliás — por três jornalistas que estavam na calçada oposta: Armando Nogueira, Deodato Maia e Octávio Bonfim.

Enquanto Bonfim tentava socorrer o major da Força Aérea Rubens Florentino Vaz, morto pelo pistoleiro que tentara atingir Lacerda, Deodato Maia procurava alertar as autoridades policiais e Armando Nogueira

cuidava de transmitir o "furo" para o "Diário Carioca".

Pompeu de Souza lembra que o Clube dos Diretores e Principais Redatores foi organizado, durante a Segunda Guerra Mundial, por José Eduardo (J.E.) de Macedo Soares para contrabalançar, na medida do possível, o domínio do Departamento de Imprensa e Propaganda (DIP) do governo sobre a imprensa brasileira.

Sobre as atividades no tempo da guerra, Pompeu poderia escrever um ensaio. Mas, neste caso específico de Toneleros, lembra ele que exercia as funções de secretário, mas que, na realidade, tinha toda a capacidade de iniciativa já que o presidente de então (Elmano Cardim, do "Jornal do Comércio") lhe delegava todos os poderes. Os pronunciamentos do clube eram escritos por Pompeu, que colhia assinaturas por telefone — com a única exceção de Roberto Marinho ("O Globo"), que sempre exigia uma leitura atenta do texto.

Foi a exigência do clube, escrita por Pompeu, de que a imprensa queria acompanhar as investigações policiais através de um representante, que o transformaria num inquiridor, ao lado de Aduato Cardoso, advogado de Carlos Lacerda, e no coletor de informações que lhe vi-

nham de todos os repórteres, chefes de reportagem e secretários de jornais, para isso mobilizados.

Graças a isto, estabeleceu-se o vínculo do pistoleiro Alcino de Souza com um motorista de táxi (de um ponto diante do Palácio do Catete) e deste com Clímério Euribes do Nascimento, um dos homens da confiança do "tenente" Gregório Fortunato, chefe da guarda pessoal do presidente Vargas. Em suma, a ordem para matar Lacerda partira de Gregório.

Pompeu considera que, a partir desse momento, tornou-se um simples espectador. O grupo de oficiais radicalmente anti-Vargas (Lameirão, Toledo, Velloso, Tedesco, Correia), sob a chefia de Gustavo Borges e exercendo influência sobre o coronel João Adil de Oliveira, presidente do inquérito policial-militar, precipitou os acontecimentos ao entrar no Catete para uma busca.

O grupo da FAB, mais tarde celebrizado com o nome "República do Galeão", conseguiu fazer uma diligência no Catete (por uma mistura de boa fé e ignorância do general Caiado de Castro, chefe da Casa Militar) e, para a humilhação de Vargas, nos arquivos da guarda pessoal, e passou a gerar acontecimentos, usando até a violência contra

prisioneiros. Pompeu de Souza diz que, a partir desse momento, ele ficou à margem. Não fez parte da "República do Galeão". Tratava-se de uma questão de militares à qual a própria polícia não tinha acesso.

Pompeu, em reminiscências sobre a época, diz que então conheceu o jovem ministro da Justiça, Tancredo Neves, cujo comportamento foi exemplar (fiel a um Presidente de quem nunca suspeitou e ao mesmo tempo fiel à Justiça) e que se sentia pessoalmente atingido pelo atentado. Recorda Velloso — o futuro deputado Haroldo Coimbra Velloso, que chefiou as rebeliões de Jacareacanga e Aragarças, com quem muito depois conversaria. Recorda que foi Délio Jardim de Matos quem comandou pessoalmente a caçada a Clímério num sítio do Estado do Rio. Menciona o coronel Borges, posteriormente secretário de Segurança de Guanabara, e faz duas afirmações e uma confissão:

"Getúlio Vargas foi realmente deposto quando a FAB entrou em seu Palácio". "Getúlio era um homem que 'curtia' o poder e só se sentia à vontade nele, reflexo de si mesmo, quase preguiçoso."

E a confissão: "Até hoje não compreendo porque ele se matou."

Prestes, um adversário que chegou a ser aliado

"O principal responsável pelo suicídio de Getúlio Vargas não é outro senão ele mesmo" — afirmou, de Moscou, o líder comunista Luis Carlos Prestes, para quem o ex-presidente "preferiu morrer pelas próprias mãos do que submeter-se, caso continuasse vivo, às inevitáveis humilhações que iriam infligir-lhe os responsáveis pela chamada república do Galeão, e inspiração lacerdistas".

Após dois dias de complicadas conexões da telefonia internacional — já que não existe DDI para a capital soviética — Prestes foi localizado no apartamento em que reside sua filha, Mariana. Incomodado pela falta de jornais brasileiros, o ex-secretário geral do PCB não se escusou de falar sobre seu histórico adversário, a quem, no entanto, chegou a apoiar na convocação da Constituinte de 46. Getúlio era figura muito complexa — diz o líder comunista —

e precisa ser examinado, como personalidade política, sob todos os aspectos que o fizeram uma figura controversa e solitária. Se, de um lado, ele representou alguns interesses progressistas da burguesia nacional, especialmente relacionados ao desenvolvimento industrial do País, de outro comportou-se com extremo reacionarismo".

Prestes lembra que "durante longo período ele manifestou inequívocas tendências fascistas, procurando uma crescente aproximação com o regime nazista em ascendência na Alemanha de Hitler. Mas, por pressão das massas e da opinião pública do Brasil, incomformadas com a ameaça em que se constituía o expansionismo imperialista do eixo, Vargas começou a recuar em 40, até que em 42 rompeu com o nazi-fascismo e entrou na guerra, enviando tropas à Itália".

Nessa época, Prestes estava preso no Rio e sua mulher, Olga Benário, uma judia de origem alemã, foi entregue à polícia hitlerista, por ordem pessoal de Getúlio. "Este foi o maior crime que ele cometeu em toda a sua vida", afirma o antigo dirigente do PCB, acrescentando: "Ele sempre foi um homem muito frio, sem amigos, a quem explorava como queria para depois jogá-los fora".

Aqui, legendário "Cavaleiro da Esperança" faz uma pequena pausa, para ressaltar em seguida: "Apesar de tudo, não tenho nada de pessoal contra ele. Não podemos deixar de examiná-lo à luz da realidade de uma atuação política, através da qual contribuiu decisivamente para retardar o desenvolvimento social do País durante pelo menos 15 anos". E enfatiza:

"A questão agrária, por exemplo, passou incólume pelos seus governos, ao longo dos quais deu plena cobertura aos latifúndios, o que aumentava o empobrecimento do homem do campo e incentivava o êxodo rural. Em 1954, no seu habitual discurso de 1 de maio, acusou os monopólios de alcançarem lucros de 500% ao ano, mas não tomou qualquer providência para impedir isso, demonstrando ser assim um grande demagogo".

Ao finalizar, Prestes ressalva: "Não tenho o propósito de querer ofender a sua memória. Preocupa-me somente a avaliação mais objetiva possível do seu papel na história brasileira. E nesse sentido seria puro exercício de futurologia tentar descobrir se a sua presença por mais tempo na política do país poderia aliviar ou agravar a crise institucional que se seguiu à sua morte. Viveu e morreu sozinho."

PTB manda celebrar a missa

A celebração de uma missa na Igreja da Consolação hoje às 19 horas será o único ato que o PTB paulista vai realizar em homenagem a Getúlio Vargas.

A informação foi dada pelo deputado Vicente Botta (PTB) membro da Comissão Executiva Nacional do partido. Ele declarou que os parlamentares vão usar a tribuna da Assembleia Legislativa e Câmara Federal, para falarem em homenagem a Getúlio Vargas.

Além disso, uma comissão composta de dois deputados estaduais Eduardo Bittencourt, Osório Silveira e Farabule Junior (federal) vai representar o partido na solenidade que será realizada hoje às 19 horas, na praça Cordeiro de Farias promovida pelo PDT em homenagem a Getúlio Vargas.

Segundo Eusébio Rocha (PDT) o seu partido fará no local o encerramento da "Semana Getúlio Vargas", iniciada no último dia 17.

Tancredo adverte para "Noite de São Bartolomeu"

Foto: Tadashi Nakagomi



Tancredo responsabilizou o governo pela alta do dólar, defendeu os delegados já escolhidos ao Colégio Eleitoral e disse receber apoios espontâneos

Da Sucursal de Brasília

O ex-governador Tancredo Neves responsabilizou ontem o governo federal pela alta do dólar, ao lembrar as ameaças de demissões na esfera federal, classificando "essa promessa de guerra de uma Noite de São Bartolomeu sobre as oposições". O candidato opositorista fez a declaração para rebater acusações de que suas declarações de acabar com a indexação da economia provocaram a alta do dólar. E, referindo-se às ameaças e as demissões ocorridas no governo, explicou: "Isso gera clima de instabilidade política e esse clima afeta profundamente a estabilidade monetária".

Tancredo também atribuiu o clima de instabilidade à demissão do ministro Camilo Pena, argumentando que houve "a substituição de um homem competente, que domina plenamente os problemas do Ministério de Indústria e Comércio por um político, homem digno mas sem nenhuma capacidade, nenhuma formação para os problemas da Pasta".

E lembrou que "há mais de três anos, que se fala em desindexação. Falam os ministros de Estado, falam os empresários, falam os meios universitários e nunca o dólar sofreu qualquer modificação".

Tancredo pretendeu, com a declaração, responder às especulações do "Jornal de Brasília" que, baseado em setores do governo, sustentou que a alta do dólar decorreria da promessa do candidato opositorista de pôr fim à indexação da economia brasileira. Num reunião no Conselho Nacional da Indústria, terça-feira no Rio, Tancredo voltou a tocar no assunto. No mesmo dia, o dólar teve no mercado paralelo uma alta de 9,5%, subindo para Cr\$ 2.530 para venda.

Parlamentarismo sem crise

Indagado a respeito da proposta de um sistema parlamentarista de governo formulada pelo bloco andreezista, Tancredo confessou-se um "parlamentarista" lembrando a sua experiência como primeiro-ministro em 1961. Ponderou, no entanto, que a adoção da experiência parlamentar de governo "nessa crise que está aí não iria servir ao País. Iria antes desservi-lo". Manifestou impressão de que, dentro de 20 a 30 dias, os andreezistas vão definir sua posição na disputa sucessória.

O ex-governador mineiro defendeu a escolha já procedida por algumas Assembleias Legislativas dos seis delegados estaduais ao Colégio Eleitoral. Segundo seu entendimento, a lei complementar que regulamenta a matéria não anularia o que já foi feito.

"As Assembleias Legislativas realizaram um ato jurídico perfeito e acabado. Não são passíveis de censura e sua decisão produz todos os efeitos".

LUIZ RICARDO LEITÃO

Repórter da Sucursal de Recife

"O PDS é um partido nordestino." A frase foi pronunciada com ironia pelo candidato da Aliança Democrática, Tancredo Neves, então governador de Minas Gerais, depois que o partido oficial venceu as eleições nos nove Estados do Nordeste. Passados um ano e nove meses, a frase envelheceu. Os senadores e deputados federais pedessistas do Nordeste ainda dão sustentação parlamentar ao regime. Mas oito dos nove governadores, minados em suas bases por Paulo Maluf ou derrotados por ele na Convenção do PDS, apoiaram Tancredo Neves no Colégio Eleitoral.

Ontem, no Recife, o governador de Alagoas, Divaldo Suruagi, reuniu-se com o governador Roberto Magalhães e lhe confirmou a adesão a Tancredo Neves — que no entanto só pretende formalizar dentro de um mês. Seu argumento: há menos de 15 dias disputou e foi derrotado na Convenção do PDS, como vice-presidente na chapa de Mario Andreeza, e precisa de tempo para romper com o partido e reunificar suas bases, em parte infiltrada por malufistas. Suruagi sustentou que, ao lado do senador Guilherme Palmeira, tem 12 dos 15 deputados estaduais do PDS, o que lhe dá controle sobre a escolha dos seis delegados da Assembleia Legislativa ao Colégio Eleitoral.

A única exceção malufista no Nordeste tenderia, portanto, a ser o governador Wilson Braga, da Paraíba, que sempre admitiu acatar o resultado da Convenção do PDS. Braga ainda não deu nenhuma declaração pública de apoio a Maluf. Suruagi — o governador de quem mais se aproxima — acredita que demorará, mas Suruagi define-se por Tancredo, já que não pretende ficar isolado na região. O deputado federal Tarcísio Burity, ex-governador da Paraíba e líder da Aliança Democrática no Estado, afirma que Braga seguirá a orientação do Plano até as vésperas do Colégio Eleitoral e, depois, premido pela pressão das bases, formará com seus pares. Os delegados da Paraíba já estão escolhidos e, dos seis, o governador tem controle sobre cinco. O sexto, Afrânio Bezerra, é malufista.

Candidato vai com Brizola a São Borja

Da Sucursal de Brasília

O candidato indireto da Aliança Democrática à Presidência da República, Tancredo Neves, deixa Brasília hoje às 7 horas, faz uma escala no Rio de Janeiro para apanhar o governador Leonel Brizola e da Alzira do Amaral Peixoto, seguindo depois para São Borja, onde participa de cerimônia religiosa em memória do ex-presidente Getúlio Vargas.

Tancredo combinou ontem com o governador Iris Rezende, de Goiás, a realização, em Goiânia, dia 14 de setembro, do primeiro comício da sua campanha eleitoral. No dia 10 estará no Rio de Janeiro para uma manifestação na Assembleia Legislativa pela unificação dos comitês que apoiam sua candidatura.

Informado de que o deputado Paulo Maluf o desafiara a revelar os acordos estabelecidos com os partidos políticos clandestinos para obter apoio para seu nome, Tancredo esclareceu:

"Esses grupos me apoiam de maneira manifesta e clara mas em nenhum momento exigiram de mim qualquer entendimento, participação ou concessão. Sou católico e um democrata durante toda a minha vida e não posso despertar nenhuma dúvida quanto ao meu comportamento".

"Essa história de esquerdização — prosseguiu — se repete em toda sucessão no Brasil. Eu a ouço desde 1945. Os apoios que recebo são espontâneos e não são acompanhados de qualquer transigência de minha parte".

Caça às bruxas

Tancredo Neves comentou ainda a ameaça de punição dos simpatizantes de sua candidatura dentro do governo. "Essa chamada caça às bruxas importa muito mais em noticiário de imprensa com feitos psicológicos e intimidativos — observou — do que em ação efetiva".

"Não há nenhum homem de bem neste País — acrescentou — que vá fazer o presidente Figueiredo assumir a responsabilidade de chefiar um movimento de demissão em massa dos servidores que divergem da política do governo. O próprio líder do governo, deputado Nelson Marchezan, disse que isso seria retornar à Idade Média".

Agora, quanto à lista de punições elaborada pelos malufistas, Tancredo salientou: "Se eles (ocupantes do cargo) pleiteiam as demissões não vejo como o presidente da República deixar de atender a esse pedido. Agora, se os nomes das listas estão sendo compelidos a demitir-se, se é um ato de coação, eu acho que é um deplorável retrocesso".

Suruagi promete a Magalhães que apoiará chapa da oposição

LUIZ RICARDO LEITÃO

Repórter da Sucursal de Recife

Em Maranhão, em Pernambuco e na Bahia, Tancredo Neves tem o apoio de todos os 18 delegados, liderados respectivamente por Luiz Rocha e José Sarnei, Roberto Magalhães e Marco Maciel e João Durval e Antônio Carlos Magalhães. No Piauí o governador Hugo Napoleão é definido como tancredista, mas não formalizou seu apoio por conta de pressões do ex-governador Lucídio Portela, malufista. Os seis delegados já estão escolhidos e são ligados ao governador. Mas pelo menos três deles também ouvem seu antecessor.

No Ceará, o impasse se concentra na escolha dos delegados. Sozinho, o governador Gonzaga da Mota, da Aliança Democrática, não tem maioria suficiente para indicar metade da delegação da Assembleia Legislativa ao Colégio. Sua alternativa é aliar-se ao vice-governador Adauto Bezerra, andreezista. Juntos, os dois controlam a maioria da bancada, mas não solucionam o impasse: os dois outros "coronéis" cearenses — o ministro César Cals e o senador Virgílio Távora, malufistas — insistem na divisão proporcional da representação, o que deixaria o governador em desvantagem. No Rio Grande do Norte, José Agripino Maia enfrenta dificuldades semelhantes às de Hugo Napoleão, no Piauí. Tancredista, o governador indicou os seis delegados potiguaras, depois de vencer grandes resistências nas bases estaduais — agastadas por décadas de confronto com a família Alves, que lidera o PMDB. Mas seu primeiro primo, o ex-governador Lavoisier Maia, malufista, opera com o mesmo afincamento para rebelar as bases e ganhar, ao menos, dois delegados. O impasse impede, por enquanto, o apoio formal de Agripino Maia a Tancredo.

Por fim, em Sergipe desenha-se uma disputa em família. O deputado Augusto Franco, presidente nacional do PDS, é malufista e defensor da retaliação contra tancredistas entrincheirados no governo. Seu filho, o senador pedessista Albano Franco, foi aureliano e agora apoia Tancredo, ao lado do governador João Alves, eleito com o endosso de seu pai. Os delegados estaduais ainda não foram indicados. Mas, na pior das hipóteses, a Aliança Democrática garante metade da representação no Colégio.

Agendas

Presidente viagem ao Rio de Janeiro Governador	maço e Convivência — local: rua Líbero Badur, 39 16h00 assessoria de Comunicação 16h30 procurador-geral da Justiça 17h00 presidente da Associação Paulista dos Magistrados 17h30 presidente da Associação dos Engenheiros do Estado de São Paulo 18h00 assessoria de Imprensa	Prefeito 09h00 lançamento do Selo do Estado — Conjunto das Bancárias Alto do Manduca — rua Salvador Telesau, 622 12h30 assessor de Imprensa 14h00 secretário do Governo 16h00 diretor do Porto Aéreo, Henrique Magalhães	17h30 secretário dos Negócios Extraordinários 19h30 8º Bial Internacional do Livro Em viagem, ontem Para Brasília: o presidente do Banespa, Luís Carlos Bresser Pereira. Do Rio de Janeiro e vice-versa: o diretor do Porto Aéreo, Henrique Magalhães
--	---	---	---

Aureliano condena uso da máquina estatal

HUDSON BRANDÃO

Repórter da Sucursal de Belo Horizonte

Embora dizendo não dispor de "força moral" para poder equiparar a luta sucessória, no caso de o presidente da República se empenhar com afinco para o êxito da candidatura do deputado Paulo Maluf, o vice-presidente Aureliano Chaves insistiu ontem, em Belo Horizonte, que fará todo o esforço ao seu alcance para eleger o candidato Tancredo Neves. Depois de afirmar que conta apenas com "a força moral, e essa eu tenho e preservarei", o vice condenou qualquer envolvimento da máquina administrativa estatal na campanha sucessória, seja por parte do governo federal, seja pelos governos estaduais, e disse esperar que os governos tenham "suficiente juízo" para que tal não aconteça.

Mas embora Aureliano Chaves condene o uso da máquina estatal e os liderados de Tancredo Neves não admitam o revanchismo, há políticos querendo que o governo de Minas dê

o "troco" aos expurgos do governo federal, absorvendo na administração pública do Estado aqueles que foram exonerados ou que pediram afastamento. A idéia de aproveitamento dos que foram excluídos da administração federal começou a ganhar corpo ontem, quando o governador Hélio Garcia decidiu antecipar a formação de um governo de coalizão já para o início de setembro, obedecendo a um "alto entendimento, próprio da tradição de Minas". Com isso criou-se o ambiente propício às especulações. Hélio Garcia deverá "reaproveitar", por exemplo, o professor José Israel Vargas na Fundação Centro Tecnológico de Minas Gerais (Cetec) e da qual é fundador, no lugar de João Nélsion de Sena, irmão do deputado malufista Raul Bernardo; convidar o ex-governador e ex-presidente da Acesita, Francilino Pereira, para a direção do Bemge ou do Banco de Crédito Real. Francilino antecipa que não aceita novo cargo público.

Outro que pode ser aproveitado é o ex-diretor da Sasse, Bias Fortes, para o cargo de secretário de Segurança Pública, substituindo o ex-ministro Carlos Fulgêncio da Cunha Peixoto, que, a custo, aceitou os apelos de Tancredo e Hélio para continuar no cargo. Caso se concretize a idéia dos que defendem o "troco" de Minas, até a esposa do ministro da Justiça, Ibraim Abi Ackel, dona Jacea, deixará de receber mais de Cr\$ 600 mil da Carpe (Comissão de Construção, Ampliação e Reforma de Prédios Escolares), órgão vinculado à Secretaria de Educação, onde nunca compareceu.

Desmentido

O ex-governador Francilino Pereira disse esperar um "desmentido veemente" do governo federal sobre a existência de "listas negras". Entende ele que isso comprometeria "a imagem histórica do presidente Figueiredo". Crê que demissões de pessoas não partidárias de Maluf

seria algo inconcebível, mas admite que alguns fatos dão a entender exatamente o que a imprensa noticiou, e "é necessário o desmentido até para evitar ações automáticas que se espalhariam como uma espécie de terrorismo".

O vice-presidente, traduzindo o pensamento de Tancredo Neves, disse que os governos, federal e estaduais, devem "pairar acima de qualquer problema de natureza político-partidária. A administração pública existe para servir à coletividade. Não deve haver sua instrumentalização nesse momento em que procuramos a consolidação da vida democrática. Se ocorrer o contrário, a democracia não estará sendo praticada, mas apenas pregada, e eu espero que não haja retaliação pessoal".

A idéia de reaproveitamento dos frentistas, em Minas, fica na gaveta, podendo ser usada a qualquer momento. Tudo depende do nível da campanha.

Atitudes de provocação preoçam o PMDB

HERMANO ALVES

Repórter da Sucursal de Brasília

Tranquilos na aparência, os dirigentes do PMDB estão no entanto preocupados com algumas posturas militaristas assumidas na área do governo e das Forças Armadas, a mais reveladora das quais seria o caso do convite enviado ao vice-presidente Aureliano Chaves; para os festejos do Dia do Soldado, cuja devolução foi pedida. Na Capital Federal, tal episódio insólito já foi batizado de "o desconvite", e, durante a vaga inicial de emoções por causa das demissões e substituições (em particular quando ocorreu no território burocrático alocado a Minas Gerais), provocou algum espanto e comentários sobre grosseria e afronta.

Agora, devolvido o convite por via postal, a questão passa a ser analisada, no PMDB, com uma atitude classista. As explicações oficiais, prestadas pelo Ministério do Exército, não satisfazem as oposições. O deputado Ulisses Guimarães, presidente do PMDB, julga que "o Duque de Caxias não é monopólio de ninguém". Tanto Caxias quanto o general Manoel Osório, o marquês de Herval, vítimas de acusações caluniosas, escolheram para defender-se o Senado Federal.

Não querem as oposições transformar o "desconvite" num cavale-de-batalha mas há perguntas que não foram respondidas. Afinal, os festejos militares do Dia do Soldado só incluem o presidente da República quando também ele é um general, como João Batista Figueiredo? No caso de um convite ao Presidente, a mais elementar norma de protocolo recomenda que também se convide o vice. E em caso de impedimento presidencial, por motivos de saúde, viagem ou mesmo afazeres, num processo normal Aureliano Chaves estaria no palanque — até porque é o substituto legítimo do Presidente no cargo de comandante-em-chefe das Forças Armadas. Ou será que a mensagem foi precisamente esta, a de que, a partir do momento em que se aliou a Tancredo Neves, o vice Aureliano deixou de ser encarado, pelo Alto Comando do Exército, como o substituto natural de Figueiredo?

Assim, o desconvite, aos olhos da cúpula do PMDB, parece inserir-se num contexto de provocações calculadas que visam a criar tensões entre militares e civis nos próximos sete meses. Um artigo de militar reformado, em que as oposições são acusadas de subversão, pode ser um episódio isolado. Mas quando surge depois da frase presidencial segundo

a qual "o Brasil não tem os políticos que merece", na qual Figueiredo se declara isento de culpa e, mesmo ocupando posições oficiais de governo a partir do período Castelo Branco, considera-se um militar, puro e simples. E quando mais tarde o Presidente manifesta a sua preocupação com "o apoio das esquerdas a Tancredo Neves", retomando uma linha de acusações tão velha quanto a existência do PMDB, toda a história do desconvite toma novos contornos.

Não foi por acaso que Tancredo Neves disse que "a melhor homenagem a fazer-se às Forças Armadas será não envolvê-las na questão sucessória". A frase foi pesada e medida na hora em que o candidato do PDS, Paulo Maluf, voltava em triunfo das suas visitas ao chefe do Estado Maior e aos ministros do Exército, da Marinha e da Força Aérea. A palavra homenagem está carregada de significado ao iniciar-se o "trimestre militar" com o aniversário da morte de Getúlio Vargas, do qual Tancredo Neves foi ministro, e contra o qual o general Figueiredo conspirou.

Esse trimestre militar, pleno de celebrações ou silêncios, começa hoje, 24 de agosto, e termina a 27 de novembro (a Intenção Comunista), incluindo o Dia do Soldado, o Dia da Pátria, algumas datas em outubro, o Dia da Bandeira, o movimento de 11 de novembro, etc. Trata-se de um período rico em retórica castrense em que os militares parecem demarcar-se da sociedade como um todo ou colocar-se acima dela. O professor San Thiago Dantas costumava dizer que o comparecimento de políticos às comemorações do 27 de

novembro era "uma espécie de pedágio ideológico e doutrinário que os civis pagam ao Exército para ocuparem cargos públicos — e San Thiago era filho de um almirante.

Neste momento, segundo o PMDB, a candidatura Tancredo tem uma vantagem de 140 votos do Colégio Eleitoral. No entanto, Paulo Maluf confia na vitória. Até 15 de janeiro, ele seria capaz de reduzir as hostes de Aureliano Chaves e seduzir os andreezistas, solapar bases estaduais e até mesmo arrancar alguns sufrágios do PMDB e do PDT. Nesse meio tempo, a máquina do governo será realmente usada, na melhor das hipóteses, de acordo com a anedota mineira segundo a qual se dá "aos amigos, tudo, e aos inimigos, justiça". Demissões, retardamento na liberação de verbas federais, manipulação política do imposto de renda e uso tático de informações classificadas, contrabalançados por ofertas de toda a natureza em que a arca de guerra do candidato passa a contar com o respaldo do governo federal — todo o processo contaria, ainda, com um clima de atrito entre as chefias militares e os partidários do candidato das oposições, com gente escolhida a dedo a vigiar os governadores Franco Montoro, Hélio Garcia e Leonel Brizola.

Em suma, começou a aplicação de um plano estratégico coerente que, apesar de algumas inovações (um candidato estilo Maluf em vez de um general ou de uma figura conservadora, por exemplo), segue as linhas clássicas dos grandes conflitos republicanos em que as Forças Armadas são utilizadas de qualquer modo, ainda que apenas como elementos de dissuasão contra o poderio regional dos grandes Estados da Federação e em favor de um unitarismo de origem ibérica, de espírito autoritário e de mentalidade positivista. Contra isso, o PMDB tem hoje a apresentar uma vantagem pressuposta no Colégio Eleitoral, fundada em argumentos de ordem moral e cívica, uma linha de comunicação direta com as grandes massas urbanas (apesar da desmobilização e de alianças incômodas), simbolizada em Ulisses Guimarães, e um compromisso com a Federação que, depois de tantas reuniões com governadores, é representado por Tancredo Neves.

PMDB cria comissão de campanha em SP

O Diretório Regional do PMDB paulista nomeou uma comissão de trabalho composta pelos deputados Luiz Carlos Santos, Ruth Escobar e pelo primeiro secretário da Executiva, José Maria Guimarães Monteiro, para sugerir eventos à campanha, em São Paulo, do candidato indireto à Presidência da República, Tancredo Neves.

Esta comissão irá apresentar para a Executiva do partido um anteprojeto de campanha contendo a estratégia a ser adotada pela agremiação em São Paulo. Já existem algumas sugestões como a realização de caravanas pelo Interior, com lideranças políticas e artistas que têm colaborado espontaneamente nas campanhas peemedebistas.

A função da comissão, no entanto, é de assessoramento e organização. As tarefas políticas da campanha estão restritas ao âmbito da Executiva regional do partido. O coordenador político da campanha de Tancredo Neves em São Paulo é o senador Fernando Henrique Cardoso, que acumula também a função de presidente regional da agremiação.

DECLARAÇÃO À PRAÇA E AOS BANCOS

BASE BRASILEIRA S/A INDÚSTRIAS QUÍMICAS - Av. São Luiz, 86 - 11.º andar - SP. C.C.C. 48.539.407/0001-18. declara o quem possa interessar que, em 13/8/84, foram roubados 3 talonários de cheques pertencentes à empresa, contra o Deutch Bank AG - Agência XV de Novembro, de n.º 27.6751 a 27.6800 e 422401 a 422500, conforme BO registrado no 1.º Distrito Policial - Centro.

CONVITE

O babalavo "Pai Walter de Logun-Edé" convida os "Filhos de Santo", clientes e amigos do terreno Quê Gagi Nilon para a cerimônia anual da benção das colônias (Olubajé), que será realizada sábado dia 25/08/1984, a partir das 16 horas, em sua sede social. Tel.: 262-3666 e 262-3720 - SP.

COMPANHIA AGROPECUÁRIA DE FOMENTO ECONÔMICO DO PARANÁ

SEDE: RUA ANDRÉ DE BARROS, 671 - CAIXA POSTAL, 1553 - ENDEREÇO TELEGRÁFICO: PARCAFÉ - TELEX: (041) 6123 - FONE: PABX (041) 234-9711 - CEP 80.000 - CURITIBA - PARANÁ

CONCORRÊNCIA PÚBLICA EDITAL N.º 05/84

VENDA DE TRATORES AGRÍCOLAS E ESCAVADEIRA HIDRÁULICA INSERVÍVEIS

A Companhia Agropecuária de Fomento Econômico do Paraná - CAFÉ do Paraná, FAZ SABER a quem interessar possa, que fará realizar no dia 04.09.84, às 09:00 horas, Concorrência Pública para a venda de Tratores Agrícolas e Escavadeira Hidráulica compostos dos seguintes Lotes:

conesp

Companhia de Construções Escolares do Estado de São Paulo - CONESP

AVISO

A COMPANHIA DE CONSTRUÇÕES ESCOLARES DO ESTADO DE SÃO PAULO — CONESP, avisa que a Convocação Geral n.º 70/0284/4/10 para construção da EEPG. Jardim Botujuru/Jacupiranga e 70/0301/4/10 para construção da EEPG. Jardim São João/Capital, foram revogadas.

São Paulo, 23 de agosto de 1.984

MARCIANO ARAÚJO NETO
Diretor Presidente

CAFÉ DO PARANÁ

SEMENTES MECANIZADAS

CONCORRÊNCIA PÚBLICA EDITAL N.º 05/84

VENDA DE TRATORES AGRÍCOLAS E ESCAVADEIRA HIDRÁULICA INSERVÍVEIS

A Companhia Agropecuária de Fomento Econômico do Paraná - CAFÉ do Paraná, FAZ SABER a quem interessar possa, que fará realizar no dia 04.09.84, às 09:00 horas, Concorrência Pública para a venda de Tratores Agrícolas e Escavadeira Hidráulica compostos dos seguintes Lotes:

- LOTE 01: 02 (dois) Tratores Agrícolas MASSEY FERGUSON, modelo MF-95X.
- LANÇE MÍNIMO DO LOTE Cr\$ 12.000.000,00.
- LOTE 02: 02 (dois) Tratores Agrícolas MASSEY FERGUSON, modelo MF-95X.
- LANÇE MÍNIMO DO LOTE Cr\$ 12.000.000,00.
- LOTE 03: 01 (uma) Escavadeira Hidráulica marca Poclair, modelo TCS.
- LANÇE MÍNIMO DO LOTE Cr\$ 50.000.000,00.
- LOTE 04: 01 (hum) Trator de Esteiras marca FIAT-ALLIS, modelo AD-14.
- LANÇE MÍNIMO DO LOTE Cr\$ 20.000.000,00.
- LOTE 05: 02 (dois) Tratores de Esteiras marca FIAT-ALLIS, modelo AD-14.
- LANÇE MÍNIMO DO LOTE Cr\$ 54.000.000,00.
- LOTE 06: 02 (dois) Tratores de Esteiras, marca FIAT-ALLIS, modelo AD-7B.
- LANÇE MÍNIMO DO LOTE Cr\$ 24.000.000,00.
- LOTE 07: 02 (dois) Tratores de Esteiras, marca FIAT-ALLIS, modelo AD-7B.
- LANÇE MÍNIMO DO LOTE Cr\$ 22.000.000,00.

As máquinas estão expostas para verificação dos interessados, à Avenida Silva Jardim n.º 303, em Curitiba-PR.

O Edital e demais informações, poderão ser obtidas na Divisão de Mecanização à Rua André de Barros, 671, em Curitiba-PR., no horário comercial.

CURITIBA, 13 DE AGOSTO DE 1984

OSMAR FERNANDES DIAS
DIRETOR PRESIDENTE

PARANÁ
SECRETARIA DA AGRICULTURA

BANCO DO BRASIL S.A.

Carteira de Comércio Exterior

Comunicado n.º 99, de 22-8-84

A CARTEIRA DE COMÉRCIO EXTERIOR (CACEX) do Banco do Brasil S.A. torna público que, no dia 30 de agosto de 1984, às 15 horas, realizará reunião em sua Sede, à Av. Rio Branco, 65, sala 1.108 - Auditório, com vistas ao recebimento de propostas para exportação de milho em grão, respeitadas as seguintes condições:

Classificação: milho amarelo brasileiro, compreendido no subposição NBM 10.05.02.00;

Quantidade: 40.000 toneladas, em 2 lotes de 20.000 toneladas;

Embarque: emissão de guias de exportação a partir de 1.º de setembro de 1984, para embarques imediatos;

Preço: o melhor preço FOB para cada lote de 20.000 toneladas;

Propostas: - poderão ser apresentadas por qualquer entidade ou empresa que esteja registrada na CACEX como exportadora, indicando:

- as condições gerais de venda;
- a agência do grupo CACEX onde será apresentado o pedido de guia de exportação;
- deverá constar obrigatoriamente o compromisso de apresentação de uma garantia bancária pela execução da operação de 10% sobre o valor FOB, com cláusula de reversão a crédito da Carteira de Comércio Exterior, caso não seja concretizada a exportação no prazo estipulado;
- poderá a CACEX recusar qualquer proposta que não esteja dentro das condições por ela estabelecidas.

Rio de Janeiro, RJ, 22 de agosto de 1984.

Carlos Viacava, Diretor